

8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas
20.04.2016
Declaração Voto - Moção
Pela reposição das freguesias

Depreendo que as duas últimas intervenções tenham sido declarações de voto uma vez que, anormalmente, não houve período de discussão. E, assim sendo, gostaria de apresentar também a declaração de voto da bancada da CDU.

Recordamos aqui as circunstâncias e o contexto em que a alteração legislativa surgiu, tal como o posicionamento de cada bancada política nesta sede e nas assembleias de freguesia pelo concelho fora.

A CDU votou favoravelmente a moção que propôs em coerência com aquilo que defendeu ao longo de todo este processo.

Não optamos por esperar. Optamos por assumir uma posição, nas freguesias, na Câmara municipal e na assembleia municipal, que constitua, um fator de pressão para que quem tem poder legislativo - a Assembleia da República, possa agir em conformidade e dando sequência àquilo que são as nossas perspetivas sobre esta questão.

Sabemos que, o novo mapa das freguesias foi concebido não considerando questões de ordem económica, mas sim de ordem política. Dissemos na moção que se tratava de um processo que tinha por objetivo mais amplo a liquidação do poder local. E nessa medida, a proposta que hoje aqui apresentámos, que restitui as freguesias nos moldes anteriores à lei é apenas e só no sentido de recolocar a questão no ponto em que ela deve ser recolocada.

As freguesias foram extintas à revelia das populações. E este para nós é o dado fundamental. Consideramos isto um erro democrático de princípio. E portanto, aquilo que estamos aqui a fazer e o que propomos é que seja a partir das freguesias que estavam constituídas à altura, que possa ser feito o debate.

Não rejeitamos, nem fugimos a um debate sobre a organização territorial do país, que passa pelas Câmaras Municipais e pelas Juntas de Freguesia. O que não devemos, na nossa perspetiva é estar à espera que este ou o anterior Governo decidam para depois nós aqui cumprimos.

Nós, eleitos nas Assembleias de Freguesia e Câmaras Municipais, que sentimos diretamente este despotismo democrático do Governo, ao impor uma redução dos órgãos eleitos pela população, temos de reagir. E achamos que este é o momento em devemos reagir no quadro de uma alteração das forças do Parlamento e do Governo que, julgávamos nós consubstanciava aquilo que é a posição assumida pelos presidentes de junta, que se têm manifestado ao longo dos anos.

Eu estive em inaugurações de novas sedes de juntas de freguesia, ouvindo os presidentes de junta criticarem este modelo e esta decisão. E vi o sinal de anuência de todos os presentes. E perceber agora que a posição é a de “vamos ver qual será a próxima proposta porque isto não correu mal em todos os lados”, é na nossa perspectiva a negação daquele que era um compromisso de fundo, da reposição das freguesias que existiam, por darem resposta às necessidades e anseios das populações.

O Governo decidiu extingui-las. O trabalho que há a fazer é recuperá-las. Não podemos ter outra leitura.

Registámos o sentido de voto das outras bancadas e em sinal de coerência com aquilo que sempre temos vindo a dizer, reiteramos a nossa posição que é: Há um processo que tem de ser revertido, porque é um processo antidemocrático na nossa perspectiva e é um processo que viola aquilo que para nós é fundamental: cabe exclusivamente aos órgãos democraticamente eleitos, nomeadamente às assembleias de freguesia, no quadro legal em vigor, a iniciativa de proposta de eventual extinção das respetivas freguesias. Qualquer lei sobre este assunto não poderá ignorar a vontade destes eleitos. E a propósito da vontade dos eleitos, não podemos esquecer as Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais que em uníssono, pelo país fora, de imediato criticaram logo lei.

Ficam portanto registadas as perspectivas de todos e de cada um sobre esta matéria. Não nos escudamos na falsa ilusão de que isto resolveu alguns problemas. Pois, tal como disse numa anterior intervenção, não podemos analisar caso a caso e freguesia a freguesia, aquele que é um problema político, de definição do mapa geográfico do país, saudando por isso a moção, não obstante desta ter sido aprovada apenas com os votos da CDU.

Odivelas 20 de Abril de 2016

Os Vereadores da CDU